

O Ensino Superior Agrário – A racionalidade que faltou!...



MANUEL AUGUSTO SOARES

Presidente da APH

Em finais da década de sessenta, e até à reforma do ensino, posterior ao 25 de Abril, quem pretendesse ingressar no ensino universitário na área das ciências, tinha que concluir a célebre alínea f do 7.º ano do curso dos liceus que, para além das disciplinas gerais, englobava a Matemática, a Física/Química e as Ciências Naturais.

A primeira escolha que os jovens de então tinham que enfrentar, deparava-se logo no antigo 5.º ano (actual 9.º), em que – para prosseguir os estudos – eram forçados a optar por duas grandes áreas com pequenas variantes: Letras e Ciências. Tal como muitos estudantes desse tempo, recordo-me do dilema que tive de vencer, perante tal situação; por um lado gostava de história e português, por outro, o fascínio pela física e pela química e pelo lado experimental, ditava que o meu caminho devia ser a área das ciências.

Todavia, a alínea f) era tão abrangente, que dois anos depois éramos de novo confrontados com a decisão final, de escolher o curso com pouca ou quase nula informação, e que no fundo haveria de determinar toda a nossa vida futura.

Desta vez – e num percurso idêntico a muitos outros – encontrava-me dividido entre electrotecnia e

agronomia, e hesitei quase até ao final dos exames, que rumo deveria seguir, mas a dispensa entretanto já assegurada do exame de aptidão a agronomia, acabaria por ditar a minha opção final, muito influenciado pelo sonho e pela vontade, de contribuir para o progresso e modernização da nossa agricultura, e pelo exemplo de um homem carismático, polémico e visionário, que à sua maneira queria revolucionar a agricultura no nordeste transmontano e que foi o Eng.º Camilo Mendonça, meu conterrâneo e vizinho.

A vida é sempre feita de encontros e desencontros e, como diz o poeta, de grandes e pequenos nada, e foi nestas circunstâncias que descobri o Instituto Superior de Agronomia, nessa época a única instituição superior universitária, existente nesta área no nosso país.

A distância não me demoveu, pelo contrário, para um jovem como eu, que mal conhecia o Porto, onde gostaria de ter estudado, fazer a viagem de Trás-os-Montes para Lisboa, sozinho, que então demorava quase 24 horas, movimentar-me na grande cidade, matricular-me no ISA, e regressar passados alguns dias, foi de facto a minha primeira grande aventura, e um marco de afirmação na minha independência, de que guardo gratas recordações.

Para além do ISA existiam nesse tempo apenas mais três escolas de regentes agrícolas: em Coimbra, Santarém e Évora, de nível médio, e três de nível elementar, que formavam os chamados feitores agrícolas.

E foi este o panorama do ensino superior agrícola em Portugal, numa altura em que o ISA recebia já cento e muitos alunos por ano, até à entrada em funcionamento do curso de engenharia agrícola em 1978 – no Instituto Universitário de Évora, cujos primeiros licenciados concluíram o curso em 1983.

Pela mesma reforma de Veiga Simão (1973), foi criado também o Instituto Politécnico de Trás-os-Montes e Alto Douro, com dois bacharelados em produção agrícola e zootecnia, e que mais tarde deram origem a licenciaturas, com a passagem deste Instituto a Universidade.

Para as necessidades da época, estas instituições em princípio eram suficientes, para assegurar a formação em engenharia agrónoma, nas várias especialidades, tanto mais, que as vicissitudes da descolonização, provocaram a perda total das oportunidades de emprego que o mercado do ultramar proporcionava.

Mas no pós-25 de Abril, o país vivia

inebriado pelo sonho, e embalado por uma onda de reivindicações utópicas, sem limite para a imaginação, onde cada região, cada autarca, cada partido, ou grupo de interesses, entendia, que o progresso passava pela criação de Institutos e Escolas por todo o lado, como se de um “verdadeiro milagre de multiplicação dos pães” se tratasse.

Perante a mobilização de todos os protagonistas, a aquisição de quintas e edifícios, as expectativas do comércio local, pressões de toda a natureza, etc – os Ministros da Educação, que mudavam quase todos os anos, não podiam neste cenário, recusar apadrinhar a criação de mais um Instituto ou Universidade que lhes era “oferecido de bandeja”.

E foi com total insensatez, e sem qualquer planeamento ou visão estratégica, nem sequer de médio prazo, que no curto período de 10 anos, nasceram em Portugal oito Escolas Superiores Agrárias, integradas em Institutos Politécnicos, e duas Universidades com cursos de agronomia: Algarve e Açores e por último, em 1992 foi criado na Universidade do Porto, o Departamento de Ciências Agrárias.

O mito de que o ensino superior, só por si, é factor de progresso e motor de desenvolvimento regional, foi decisivo para reunir amplos consensos e sobrepor-se a qualquer racionalidade. A empregabilidade dos jovens decerto terá sido a última preocupação, porque se acreditava, ou fingia acreditar, que o mercado era elástico e a solução mágica, haveria de aparecer por “geração espontânea”. A resposta que obtive em 1990, de um responsável do norte, quando o questioneei, manifestando forte preocupação sobre esta questão, foi elucidativa: “por enquanto não há problemas, os poucos que terminaram os cursos foram trabalhar para delegações de companhias de seguros, ou arranjarão emprego aqui na própria escola, quanto ao futuro, logo se vê, é preciso ter esperança”.

Sempre achei que a proliferação de

cursos por todo lado, sairia cara ao país, e que iria ter o preço de uma enorme frustração para muita gente. Com um corpo docente mal preparado, e alunos sem formação de base no secundário, para ingressar no ensino superior, começámos a formar bacharéis e licenciados em excesso e acima de tudo mal preparados para a profissão. É conflagrador ver o baixo nível de conhecimentos de muitos desses jovens, na área agronómica propriamente dita e, acima de tudo a sua incapacidade para se expressarem e escrever correctamente em português.

As melhores escolas do país foram prejudicadas com uma concorrência sem qualidade, gerada pelo factor proximidade, e tal como na economia, a má moeda expulsa a boa moeda, foi também isto que acabou por acontecer: o nivelamento fez-se por baixo, e quem não descesse a nota de ingresso, acabaria por ficar sem alunos, num efeito perverso, que conduziu à actual situação, em que o factor demográfico acabou por mostrar a realidade nua e crua, que hoje vivemos.

Em vez de multiplicar escolas sem critério, era certamente mais rentável, e mais útil, melhorar a capacidade e os meios das que já existiam e concentrar aí todo o esforço de investimento, para melhorar o sistema. Era decerto mais sensato deslocar alunos, e dar-lhes bolsas e condições de alojamento e um ensino de qualidade, do que levar-lhes mais uma escola sofrível para junto da porta. A concentração no ensino superior teve e terá sempre, a virtude de induzir um melhor conhecimento da realidade global do país, de partilhar hábitos, costumes e culturas locais, e aproximar regiões, reforçando a coesão nacional.

Mas, a anarquia na criação de cursos e currículos foi muito mais longe do que seria imaginável, e foi preciso chegarmos a 2006 e vir Bolonha, para se constatar que existiam dezenas de cursos na área agronómica, sem qualquer equivalência entre si, e que era imperativo reformular todo o

Sempre achei que a proliferação de cursos por todo lado, sairia cara ao país, e que iria ter o preço duma enorme frustração para muita gente. Com um corpo docente mal preparado, e alunos sem formação de base no secundário, para ingressar no ensino superior, começámos a formar bacharéis e licenciados em excesso e acima de tudo mal preparados para a profissão.

sistema e acima de tudo introduzir métodos de avaliação credíveis, e repor a verdade e a transparência que sempre faltou, e necessariamente fundir cursos e fechar escolas.

Em vez de multiplicar escolas sem critério, era certamente mais rentável, e mais útil, melhorar a capacidade e os meios das que já existiam e concentrar aí todo o esforço de investimento, para melhorar o sistema.

A Universidade que sempre reivindicou, autonomia, esqueceu-se que esse estatuto implica responsabilidade, exigência e obrigações, e não apenas o direito de gastar o orçamento do estado, sem qualquer controlo. Há muitos anos que o sistema de gestão populista e autogestionário, apesar da sua ineficácia e da incapacidade para tomar decisões, se mantém, porque ninguém, salvo raras excepções, o quis mudar a partir de dentro. A preocupação em gerar receitas próprias, em reforçar as parcerias com as empresas e desenvolver projectos público-privados, inovadores, também nunca foi uma grande prioridade para a maioria dos responsáveis. O discurso basista e demagógico, contagiou tudo e todos, e particularmente os estudantes, que para além do movimento do não às propinas e da promoção de uma praxe retrógrada, não encontra-

ram outras causas para abraçar nas últimas décadas.

As escolas superiores, têm que se abrir ao exterior e manter uma forte ligação à comunidade e ao tecido empresarial, onde estão inseridas e ficar sujeitas à avaliação de comissões externas independentes, em que a participação das associações técnicas, científicas e empresariais, deverá ter um papel relevante.

Por sua vez, o nível remuneratório obtido pelos professores, através da luta sindical, representa quase o dobro do auferido na carreira técnica superior na função pública, quando não era assim no passado, nem é assim nos países de referência da UE, em que a diferença não ultrapassa 10%, no topo das duas carreiras. Esta situação de grave injustiça, para além de desvalorizar o papel dos técnicos que, foram subalternizados nos projectos de IED, criou em muita gente um espírito de casta e de superioridade, sobretudo naqueles, que precisam de exhibir títulos académicos, para se afirmarem, numa manifestação de provincianismo, que parece persistir na sociedade portuguesa.

Um professor enquanto detentor de conhecimento em áreas específicas, tem a obrigação de pôr o seu saber ao serviço da comunidade, através de projectos em que deve estar envolvido, mas também na produção de artigos de divulgação técnica, que muitos menosprezam, porque não valorizam os seus currículos, ou então porque nada têm para transmitir.

É de justiça reconhecer que a grande maioria dos docentes não se revê neste tipo de comportamentos, mas eles estão à vista de toda a gente, passando pela ausência constante da escola, pela falta de apoio aos alunos e por um ensino sem chama e criatividade.

A avaliação dos professores deve ter em conta também o trabalho prestado à comunidade, às empresas e às associações de produtores, que muitos desenvolvem com grande devoção e

esforço, mas que é pouco ou nada reconhecido pelas suas próprias instituições, quando não é mesmo considerado depreciativamente por alguns dos seus pares.

A abertura da universidade ao exterior, terá que passar também por recrutar docentes com experiência profissional, que tenham outras vivências, para além de conhecimentos científicos, não basta ser doutor, é importante ter boa capacidade de comunicação, cultura e qualidades pedagógicas. O sistema actual de recrutamento quase exclusivamente endogâmico, em que os candidatos da casa são sempre favorecidos, em relação aos que vêm do exterior, prejudica a construção duma escola aberta e voltada para a realidade, que deve também recorrer cada vez mais a professores convidados e a especialistas, sobretudo nas áreas práticas e tecnológicas.

A esta distância no tempo, lembro-me bem do interesse que as aulas tinham, sempre que alguns técnicos experientes eram convidados nas disciplinas práticas, em comparação com o ensino monótono e repetitivo de alguns docentes, baseado na leitura da sebenta.

Em Portugal o mito do diploma e do título de doutor, atingiu uma verdadeira obsessão, sendo bem sintomático desta mentalidade a transformação dos Institutos Politécnicos, que nasceram com a vocação de preparar profissionais de nível médio-superior, com formação eminentemente prática – o que devia ser a sua mais-valia – terem passado, através de mais um passe de mágica a ministrar o nível de licenciatura, sem possuírem na maioria dos casos, a massa crítica necessária para satisfazer esse objectivo; e não contentes com isso, alguns, como o de Bragança, começaram logo a reivindicar o estatuto de universidade.

O mito de associar o desenvolvimento moderno à percentagem de licenciados que as estatísticas indicam, vale o que vale! O país não precisa de milhares de licenciados de cursos sem

As escolas superiores têm que se abrir ao exterior e manter uma forte ligação à comunidade e ao tecido empresarial onde estão inseridas, e ficar sujeitas à avaliação de comissões externas independentes, em que a participação das associações técnicas, científicas e empresariais, deverá ter um papel relevante.

procura, e que apenas servem para delapidar recursos do Estado nas instituições públicas e para fazer bons negócios nas privadas, aumentando o número de desempregados com formação superior. O país precisa sim, de bons licenciados em áreas estratégicas para assegurar o nosso desenvolvimento futuro, e garantir competitividade, sobretudo nas áreas tecnológicas e também de profissionais de nível médio, com boa formação para responder à falta de mão de obra qualificada que as empresas necessitam cada vez mais e não encontram. Os cursos tecnológicos e outros que hoje têm pouca frequência, como os de Física, devem ser discriminados positivamente, através de incentivos a conceder às escolas e aos alunos.

Esperamos que a tão apregoada reforma do ensino superior que, o Protocolo de Bolonha, pôs na ordem do dia, comece a ser finalmente implementada, e haja coragem política para enfrentar as corporações e os lóbis, para repor racionalidade no sistema e corrigir os erros e o aventureirismo do passado. Mas que ninguém se iluda, a mudança tem que ser imposta do exterior, porque o ensino superior já deu mais que provas, de que não é reformável a partir de dentro!